INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

KEILA REGINA RAMOS GONÇALVES

Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir as inovações tecnológicas e pedagógicas no contexto da Educação Infantil, com foco nas possibilidades que essas transformações oferecem para a aprendizagem e o desenvolvimento integral das crianças. A inserção de tecnologias digitais e metodologias ativas tem remodelado o ambiente escolar, exigindo práticas pedagógicas mais criativas, inclusivas e reflexivas. A partir de uma abordagem qualitativa e exploratória, foram analisados documentos oficiais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Currículo da Cidade de São Paulo, além de produções acadêmicas recentes. Conclui-se que a inovação, quando utilizada com intencionalidade e sensibilidade pedagógica, pode potencializar o protagonismo infantil, a ludicidade e o respeito à diversidade. O uso de recursos digitais, como tablets, aplicativos educativos e plataformas interativas, tem ampliado as possibilidades de expressão, criação e registro das experiências infantis. No entanto, sua aplicação precisa estar fundamentada em princípios éticos e pedagógicos que respeitem os direitos das crianças e suas especificidades no processo de aprendizagem. Além disso, a valorização das metodologias ativas, como o trabalho por projetos, a investigação e a escuta qualificada, favorece a construção de uma educação mais democrática e centrada na criança. O estudo também destaca a importância da formação continuada dos professores e da articulação entre as áreas do conhecimento para garantir práticas inovadoras alinhadas ao desenvolvimento integral. Assim, a inovação, mais do que a simples adoção de tecnologias, implica uma mudança de concepção sobre a infância, o ensino e o papel do educador.

Palavras-chave: Educação Infantil. Inovação Pedagógica. Tecnologia Educacional. Metodologias Ativas.

1. INTRODUÇÃO

A Educação Infantil é a base para o desenvolvimento cognitivo, emocional, físico e social da criança, sendo reconhecida pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) como a primeira etapa da Educação Básica. A partir desse reconhecimento legal, as instituições educacionais passaram a ter maior responsabilidade sobre a formação integral das crianças pequenas, entendendo a infância como uma fase singular, rica em potencialidades, aprendizagens e expressões.

Nas últimas décadas, o avanço das tecnologias e a emergência de novas concepções pedagógicas têm provocado significativas mudanças nas práticas educativas. A sociedade contemporânea, marcada pela fluidez das informações, pela presença constante de dispositivos digitais e pela crescente interatividade entre sujeitos e mídias, tem impactado diretamente o cotidiano das crianças e, consequentemente, o ambiente escolar. Assim, torna-se indispensável repensar as formas tradicionais de ensinar e aprender, buscando estratégias que dialoguem com as novas linguagens, interesses e formas de interação do público infantil.

No cenário atual, é fundamental refletir sobre como as inovações tecnológicas e pedagógicas podem ser integradas à Educação Infantil de forma ética, crítica e sensível às necessidades das crianças. A educação inovadora vai além da presença de equipamentos eletrônicos em sala de aula: trata-se de uma reorganização dos tempos, espaços, materiais e relações, considerando as múltiplas linguagens e experiências infantis. A inovação, neste contexto, não se limita ao uso de ferramentas digitais, mas envolve também uma nova postura pedagógica, centrada na escuta, no respeito à infância e na valorização da curiosidade, do brincar e da convivência.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017, reforça essa perspectiva ao apresentar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, entre eles: conviver, brincar, participar, explorar,

expressar e conhecer-se. Esses direitos devem ser garantidos por meio de práticas educativas que reconheçam a criança como sujeito ativo, capaz de construir conhecimentos, interpretar o mundo e interagir com o outro de maneira significativa. Nesse sentido, a inovação pedagógica assume um papel essencial ao propor metodologias que favoreçam o protagonismo infantil e a construção coletiva de saberes.

Outro aspecto importante a ser considerado é o papel do professor frente às transformações tecnológicas e pedagógicas. O educador da contemporaneidade precisa ser mais do que transmissor de conteúdos: deve assumir o papel de mediador, pesquisador e organizador de experiências. Sua formação contínua, sua abertura ao diálogo com as crianças e sua capacidade de planejar práticas flexíveis e contextualizadas são fundamentais para que as inovações não se limitem ao discurso, mas se traduzam em ações concretas no cotidiano escolar.

Além disso, é necessário compreender que a integração das tecnologias na Educação Infantil deve ser feita com cautela e intencionalidade. A criança pequena aprende por meio da ação, da experimentação, do corpo em movimento, da imaginação e da afetividade. O uso de recursos digitais, portanto, deve estar a serviço da ampliação das possibilidades expressivas, comunicativas e criativas da criança, sem substituir as interações humanas, o brincar simbólico e o contato com a natureza e os materiais concretos.

Este estudo busca, portanto, analisar como a tecnologia e as metodologias ativas podem contribuir para uma Educação Infantil mais significativa, respeitando as diretrizes legais e os princípios do desenvolvimento infantil. A proposta é compreender a inovação como um processo pedagógico que valoriza a diversidade, promove a equidade e reconhece as crianças como protagonistas de sua própria aprendizagem. Para tanto, serão discutidas, nos capítulos seguintes, as possibilidades de uso das tecnologias digitais no cotidiano escolar e as contribuições das metodologias ativas para a construção de uma prática educativa mais sensível, democrática e transformadora.

2. A INSERÇÃO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A presença das tecnologias digitais no cotidiano infantil é uma realidade. Desde cedo, as crianças têm contato com telas, aplicativos e recursos audiovisuais. No entanto, o uso dessas tecnologias no contexto educativo precisa ser mediado por princípios pedagógicos claros, respeitando o direito da criança ao brincar, explorar e se expressar livremente. De acordo com o Currículo da Cidade de São Paulo (2019), o uso de mídias e tecnologias deve ser orientado para ampliar as formas de comunicação, expressão e produção de sentido das crianças. Ferramentas como tablets, câmeras fotográficas e aplicativos de criação podem ser utilizadas para registrar vivências, promover narrativas, estimular a imaginação e favorecer a autoria infantil. Tais ferramentas, quando utilizadas com intencionalidade pedagógica, permitem o fortalecimento da escuta e da documentação das aprendizagens, além de possibilitar a construção de vínculos entre as experiências escolares e a cultura digital que já faz parte do universo das crianças.

Contudo, a utilização desses recursos exige formação continuada dos professores, planejamento coletivo e intencionalidade pedagógica. A tecnologia deve ser vista como meio e não como fim. Deve estar a serviço da educação e do desenvolvimento infantil, e não substituir as interações humanas, o brincar simbólico, os jogos motores e as descobertas espontâneas. Como afirma Moran (2015), "a tecnologia por si só não melhora a educação. O que a transforma é a forma como a utilizamos, com que objetivos, metodologias e valores ela é incorporada à prática pedagógica" (p. 17). Nesse sentido, cabe ao educador o papel de mediador crítico, capaz de selecionar e adaptar os recursos de acordo com o contexto e as necessidades do grupo.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) orienta que o uso das tecnologias na Educação Infantil deve respeitar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, especialmente os direitos de brincar, participar, explorar e expressar-se. Tais direitos são ameaçados quando a tecnologia é utilizada de forma excessiva, substitutiva

ou desvinculada das experiências significativas da infância. Segundo Kramer (2007), a escola precisa compreender que a criança pequena aprende por meio da experiência concreta, da corporeidade e da relação com o outro. Nesse sentido, a tecnologia deve ser integrada de maneira sensível ao cotidiano escolar, sem desvalorizar o brincar livre, o contato com a natureza e a espontaneidade das relações.

Um dos principais riscos do uso inadequado das tecnologias na Educação Infantil é o reforço de práticas instrucionais e passivas, em que a criança é reduzida a espectadora, perdendo a oportunidade de agir, criar e experimentar. Segundo Barbosa (2010), "as tecnologias não podem ser utilizadas como instrumento de controle ou substituição do papel do educador, mas como mediadoras de experiências culturais e cognitivas" (p. 89). Isso significa que, ao propor o uso de recursos digitais, o professor deve se preocupar em preservar a centralidade da criança no processo de aprendizagem, estimulando sua participação ativa e sua capacidade de significar o mundo.

Além disso, é necessário compreender que o acesso desigual às tecnologias também representa um desafio para a inclusão digital nas instituições públicas de Educação Infantil. Muitas escolas da rede pública, especialmente em regiões periféricas, ainda enfrentam dificuldades estruturais, como a ausência de internet estável, a escassez de equipamentos e a falta de formação dos educadores. De acordo com a pesquisa TIC Educação (2023), apenas 47% das escolas públicas de Educação Infantil possuem infraestrutura digital adequada, o que limita o uso das tecnologias de forma planejada e pedagógica. Essa realidade exige políticas públicas que garantam a equidade no acesso e o suporte técnico-pedagógico para as unidades escolares.

Outro ponto a ser considerado é a concepção de infância presente na abordagem tecnológica adotada pelas instituições. A pedagogia da escuta, proposta por Rinaldi (2012), inspirada na experiência das escolas de Reggio Emilia, propõe que as tecnologias digitais sejam utilizadas como ferramentas de documentação, expressão e criação, e não como meios de controle ou antecipação de aprendizagens formais. A autora ressalta que "as tecnologias devem ser parte do processo de construção do conhecimento, e não um fim em si mesmas" (RINALDI, 2012, p. 54). Isso significa que a sua utilização deve respeitar o tempo e os interesses das crianças, promovendo experiências estéticas, sensoriais e investigativas. As práticas pedagógicas que integram tecnologia e ludicidade podem, quando bem planejadas, favorecer aprendizagens significativas e inclusivas. Por exemplo, o uso de aplicativos de desenho digital, gravação de histórias ou produção de vídeos curtos permite às crianças registrarem suas experiências, narrar suas próprias vivências e compartilhar conhecimentos com os colegas. Esses recursos, quando articulados ao projeto pedagógico da unidade, contribuem para a ampliação das linguagens e o fortalecimento do protagonismo infantil. Segundo Almeida (2019), "o uso das tecnologias digitais, em sintonia com os projetos desenvolvidos pelas crianças, amplia suas possibilidades expressivas e reforça a noção de autoria, tão fundamental para o desenvolvimento da identidade e da autonomia" (p. 102).

Por outro lado, é importante estabelecer critérios claros sobre o tempo de exposição às telas e os tipos de conteúdo utilizados. A Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP, 2019) recomenda que crianças até 2 anos não sejam expostas a telas, e que as crianças de 2 a 5 anos tenham tempo limitado e supervisionado de uso, com conteúdo de qualidade e sempre com a mediação de um adulto. Embora essas orientações estejam voltadas ao contexto familiar, elas devem ser consideradas também no ambiente escolar, de forma que o uso das tecnologias respeite os aspectos do desenvolvimento infantil e não comprometa outras experiências essenciais, como o movimento, o brincar ao ar livre e o convívio social.

Nesse contexto, a formação dos professores assume papel estratégico. É preciso que os profissionais da Educação Infantil compreendam a função pedagógica das tecnologias, conheçam suas possibilidades e limitações, e estejam aptos a realizar escolhas fundamentadas. Como destaca Kenski (2012):

"o desafio da formação docente está em desenvolver a capacidade de pensar a tecno-

logia como aliada, e não como substituta da ação educativa. Trata-se de formar professores críticos, criativos e reflexivos, capazes de reinventar sua prática com base nas necessidades reais de seus alunos" (p. 65).

Para além da formação técnica, é necessário promover uma cultura de pesquisa e colaboração nas escolas, incentivando o compartilhamento de experiências e o planejamento coletivo. A tecnologia, nesse sentido, pode também ser utilizada como instrumento de articulação entre os diferentes atores da comunidade educativa — crianças, educadores, famílias e gestores — criando redes de diálogo, escuta e participação. A documentação pedagógica digital, por exemplo, permite que as famílias acompanhem o cotidiano das crianças, favorecendo a transparência e o vínculo entre a escola e o lar.

Dessa forma, compreende-se que a presença das tecnologias digitais na Educação Infantil deve ser orientada por uma perspectiva pedagógica humanizadora, que reconheça as crianças como sujeitos de direitos, criadores de cultura e protagonistas de suas aprendizagens. Não se trata apenas de introduzir novos recursos, mas de repensar os objetivos, os métodos e as finalidades da ação educativa à luz dos desafios do século XXI. O papel do educador é essencial nesse processo, atuando como mediador, pesquisador e articulador de experiências significativas. É necessário, ainda, o compromisso das políticas públicas em garantir infraestrutura adequada, formação contínua e apoio institucional às escolas, de modo que todas as crianças possam ter acesso a uma educação inovadora, democrática e transformadora.

3. METODOLOGIAS ATIVAS E PRÁTICAS INOVADORAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA

As inovações pedagógicas também se expressam por meio de metodologias ativas, que colocam a criança como sujeito do seu processo de aprendizagem. Essas metodologias valorizam a curiosidade, o pensamento crítico, a resolução de problemas e a cooperação. No contexto da Educação Infantil, tal abordagem adquire uma dimensão ainda mais significativa, pois dialoga com a natureza investigativa e exploratória da criança, reconhecendo-a como um ser potente, criador e construtor de sentidos.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) estabelece os cinco campos de experiências — "O eu, o outro e o nós"; "Corpo, gestos e movimentos"; "Traços, sons, cores e formas"; "Escuta, fala, pensamento e imaginação"; "Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações" — como eixos estruturantes da prática pedagógica na Educação Infantil. Esses campos são pensados a partir das interações e das brincadeiras, pilares fundamentais para o desenvolvimento integral das crianças. Segundo a BNCC (2017),

"as experiências vividas pelas crianças são essenciais para sua constituição como sujeitos, e devem ser diversificadas, lúdicas e significativas, promovendo a ampliação de saberes, práticas sociais e culturais" (BRASIL, 2017, p. 36).

Nesse sentido, as metodologias ativas ganham destaque por propiciarem contextos em que as crianças possam agir sobre o ambiente, investigar, levantar hipóteses, testar ideias e construir significados coletivamente. Para Silva (2019), metodologias ativas são estratégias que invertem a lógica tradicional da transmissão de conhecimento, priorizando a participação efetiva do aluno no processo de aprendizagem. No caso da Educação Infantil, trata-se de favorecer situações em que a criança possa, com mediação sensível do educador, experienciar, experimentar, manipular e transformar os objetos e os espaços à sua volta.

Projetos investigativos, rodas de conversa, oficinas, vivências ao ar livre e atividades com materiais não estruturados são exemplos de práticas inovadoras que promovem a autonomia, o protagonismo e a autoria. Essas práticas são pautadas em contextos reais, no cotidiano e nos interesses das crianças, favorecendo uma aprendizagem mais significativa e situada. Conforme defendido por Malaguzzi (1999), um dos criadores da abordagem de Reggio Emilia, "a criança tem cem linguagens", ou seja, múltiplas formas de expressar-se, conhecer e comunicar-se com o mundo. Essa multiplicidade deve ser acolhida e cultivada pela escola, não restringida ou formatada. Dessa forma, as me-

todologias ativas se entrelaçam com os direitos de aprendizagem e desenvolvimento propostos pela BNCC — conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se — ao proporcionarem experiências que valorizam a escuta, o respeito à diversidade e a coautoria das crianças no processo educativo. Segundo Oliveira (2012):

"a escuta atenta do professor, seu olhar investigativo e a capacidade de planejar a partir das hipóteses e perguntas das crianças são elementos centrais para a construção de uma prática pedagógica ativa e significativa" (p. 121).

Além disso, a utilização de materiais não estruturados, como tecidos, caixas, galhos, conchas, entre outros, permite às crianças explorarem livremente suas possibilidades criativas. Ao contrário dos brinquedos prontos e com funções pré- definidas, esses materiais instigam a imaginação e a liberdade de uso. Segundo Vecchi (2013), "materiais abertos desafiam o pensamento e alimentam a linguagem estética das crianças, pois exigem delas escolhas, decisões e interpretações" (p. 88). Esse tipo de proposta rompe com a lógica da padronização e favorece a personalização da aprendizagem, um dos princípios das práticas pedagógicas contemporâneas.

É importante destacar que a adoção de metodologias ativas na Educação Infantil exige a reconstrução do papel do professor. Ele deixa de ser o centro do processo e torna-se mediador, observador e pesquisador da infância. Essa mudança demanda formação contínua, reflexão coletiva e abertura para o novo. De acordo com Nóvoa (1999), "não se muda a escola sem mudar os professores. Não se muda os professores sem transformar suas formas de trabalhar, de interagir, de pensar e sentir a educação" (p. 35). Portanto, a valorização das metodologias ativas requer também um investimento institucional na formação docente crítica e reflexiva.

A interdisciplinaridade e o trabalho colaborativo entre educadores são fundamentais para sustentar essas inovações, que demandam sensibilidade, escuta ativa e comprometimento com uma prática educativa transformadora. Trabalhar com projetos interdisciplinares, por exemplo, permite conectar os campos de experiências da BNCC com temas reais e complexos do cotidiano, mobilizando diferentes saberes e linguagens. Além disso, a construção coletiva do conhecimento entre educadores enriquece a prática, favorecendo a escuta mútua e a articulação entre teoria e prática.

Outro ponto importante diz respeito à organização dos tempos e espaços escolares. As metodologias ativas exigem uma flexibilidade maior na rotina e na disposição dos ambientes. Espaços amplos, diversos, esteticamente preparados e acessíveis estimulam a autonomia das crianças e possibilitam escolhas conscientes. Segundo Gandini (2004), "o ambiente é o terceiro educador" — ou seja, o espaço pedagógico comunica intenções, valores e possibilidades educativas. Um ambiente que convida à exploração, à experimentação e ao diálogo é essencial para o desenvolvimento de práticas inovadoras.

No entanto, implementar metodologias ativas na Educação Infantil também implica enfrentar desafios. Entre eles, destaca-se a pressão por resultados imediatos, o excesso de burocratização, a padronização das avaliações e a resistência de parte das equipes pedagógicas. Muitas vezes, as inovações são confundidas com improvisações ou vistas como perda de tempo em relação aos "conteúdos". Essa visão reducionista ignora que o desenvolvimento infantil ocorre de forma global e integrada, sendo profundamente influenciado pelas experiências vividas nas interações e nas brincadeiras. Para Barbosa (2010), "a educação infantil não deve ser medida apenas por aquilo que é ensinável, mas pelo que é experienciado, vivido e construído coletivamente" (p. 95).

Nesse sentido, é urgente fortalecer uma cultura pedagógica que valorize a infância como tempo de ser e estar, e não como mera preparação para etapas futuras da escolarização. As metodologias ativas contribuem para essa perspectiva ao promoverem um ambiente educativo que reconhece o saber da criança, legitima suas perguntas e a convida a construir conhecimento por meio da experiência, do erro, da dúvida e da colaboração.

Por fim, vale ressaltar que as metodologias ativas não são receitas prontas, mas orien-

tações pedagógicas que devem ser adaptadas ao contexto, ao território e ao grupo de crianças. A escuta sensível, o planejamento intencional e a observação contínua são essenciais para garantir que as propostas façam sentido para as crianças e contribuam de fato para seu desenvolvimento integral.
Portanto, inovar pedagogicamente por meio das metodologias ativas é um convite ao educador para sair da zona de conforto, repensar seu papel e construir uma prática em constante movimento, pautada pelo respeito à infância, pela potência das experiências e pelo compromisso com a formação de sujeitos críticos, criativos e autônomos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Infantil vive um momento de transformações profundas, marcado pelo avanço das tecnologias digitais e pela emergência de novas abordagens pedagógicas que colocam a criança no centro do processo de aprendizagem. As inovações tecnológicas e metodológicas, quando integradas de forma crítica, ética e sensível ao contexto da infância, têm potencial para enriquecer significativamente as experiências educativas, promovendo o desenvolvimento integral das crianças e fortalecendo seus direitos de aprender, brincar, conviver e se expressar.
Ao longo deste artigo, refletimos sobre duas dimensões centrais da inovação na Educação Infantil: o uso intencional das tecnologias digitais e a implementação de metodologias ativas. Ambas as frentes exigem do educador uma postura investigativa, mediadora e reflexiva, além de uma compreensão profunda das necessidades, interesses e ritmos das crianças pequenas. Mais do que introduzir equipamentos ou adotar novas estratégias, inovar na Educação Infantil significa transformar concepções, reorganizar tempos e espaços, promover a escuta ativa e reconhecer o brincar e a experimentação como formas legítimas de aprendizagem.
As tecnologias digitais, quando bem orientadas, podem funcionar como ferramentas para documentar experiências, favorecer a expressão infantil, ampliar as linguagens e aproximar a escola da cultura contemporânea. No entanto, seu uso deve ser sempre pautado pelos princípios da ludicidade, da interação e da proteção da infância, evitando práticas que substituam o contato humano, o brincar espontâneo ou que reforcem a passividade diante das telas. É essencial garantir que as tecnologias estejam a serviço da criança — e não o contrário.
Da mesma forma, as metodologias ativas se apresentam como alternativas potentes às práticas escolares tradicionalmente centradas no adulto. Projetos investigativos, oficinas, vivências ao ar livre, uso de materiais não estruturados e rodas de conversa favorecem a autonomia, o pensamento crítico, a curiosidade e a autoria infantil. Essas práticas desafiam a estrutura rígida da rotina escolar e exigem dos educadores abertura ao novo, planejamento intencional e trabalho colaborativo. Elas também requerem um ambiente educativo preparado, esteticamente instigante e acolhedor, que valorize o corpo, os sentidos, a imaginação e as múltiplas linguagens das crianças.

Contudo, é necessário reconhecer que o caminho da inovação não está isento de obstáculos. Limitações estruturais, falta de formação continuada, resistência às mudanças e desigualdade no acesso às tecnologias são desafios concretos enfrentados pelas instituições de Educação Infantil, sobretudo na rede pública. Portanto, para que as inovações tecnológicas e pedagógicas se efetivem, é imprescindível o apoio das políticas públicas, o investimento em formação docente, a garantia de infraestrutura adequada e a valorização da escuta e da autonomia das equipes pedagógicas.
Concluímos que inovar na Educação Infantil é, sobretudo, acreditar no poder transformador das experiências vividas pelas crianças. É reconhecer que elas são sujeitos de direitos, capazes de pensar, sentir, criar e construir conhecimentos significativos a partir do mundo que as cerca. Assim, uma educação inovadora é aquela que se compromete com uma prática humanizadora, democrática, inclusiva e sensível à infância — uma infância viva, ativa, potente e plural.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de.

Tecnologias e infância: desafios e possibilidades para a educação infantil. In: BARBOSA, Maria Carmen Silveira (Org.). Ensino na Educação Infantil: diálogos com a BNCC. Porto Alegre: Penso, 2019. p. 91–106.
BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Planejar na educação infantil: intencionalidade e compromisso ético. Porto Alegre: Penso, 2010.
BRASIL. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 21 jun. 2025.
BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
CURRÍCULO DA CIDADE DE SÃO PAULO. Educação Infantil. São Paulo: SME, 2019. Disponível em: https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/. Acesso em: 21 jun. 2025.
GANDINI, Lella. The environment is the third teacher. In: HENDRIX, Elizabeth; EDWARDS, Carolyn Pope. Bringing Reggio Emilia home: An innovative approach to early childhood education. New York: Teachers College Press, 2004. p. 149–164.
KENSKI, Vani Moreira. Tecnologia e ensino presencial e a distância. 6. ed. Campinas: Papirus, 2012.

KRAMER, Sonia. A infância e sua singularidade: desafios para a educação infantil. In: KRAMER, Sonia (Org.). Por entre as pedras: articulações entre educação infantil e o ensino fundamental. São Paulo: Ática, 2007. p. 11–26.
MALAGUZZI, Loris. As cem linguagens da criança. In: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George (Orgs.). As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 1999.
p. 21–35.
MORAN, José Manuel. A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá. Campinas: Papirus, 2015.
NÓVOA, António. Os professores e a sua formação. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1999.
OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Educação Infantil: fundamentos e métodos. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
RINALDI, Carla. In dialogue with Reggio Emilia: listening, researching and learning. London: Routledge, 2012.
SILVA, Marco Antônio da. Metodologias ativas para uma educação inovadora. São Paulo: Loyola, 2019.
SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA – SBP. Manual de orientação: Saúde de crianças e adolescentes na era digital. Rio de Janeiro: SBP, 2019. Disponível em: https://www.sbp.com.br. Acesso em: 21 jun. 2025.
TIC EDUCAÇÃO. Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação nas escolas brasileiras – 2023. Comitê Gestor da Internet no Brasil. Disponível em: https://cetic.br/. Acesso em: 21 jun. 2025.
VECCHI, Vea. Arte e criatividade em Reggio Emilia: o papel das oficinas na educação infantil. Porto Alegre: Penso, 2013.